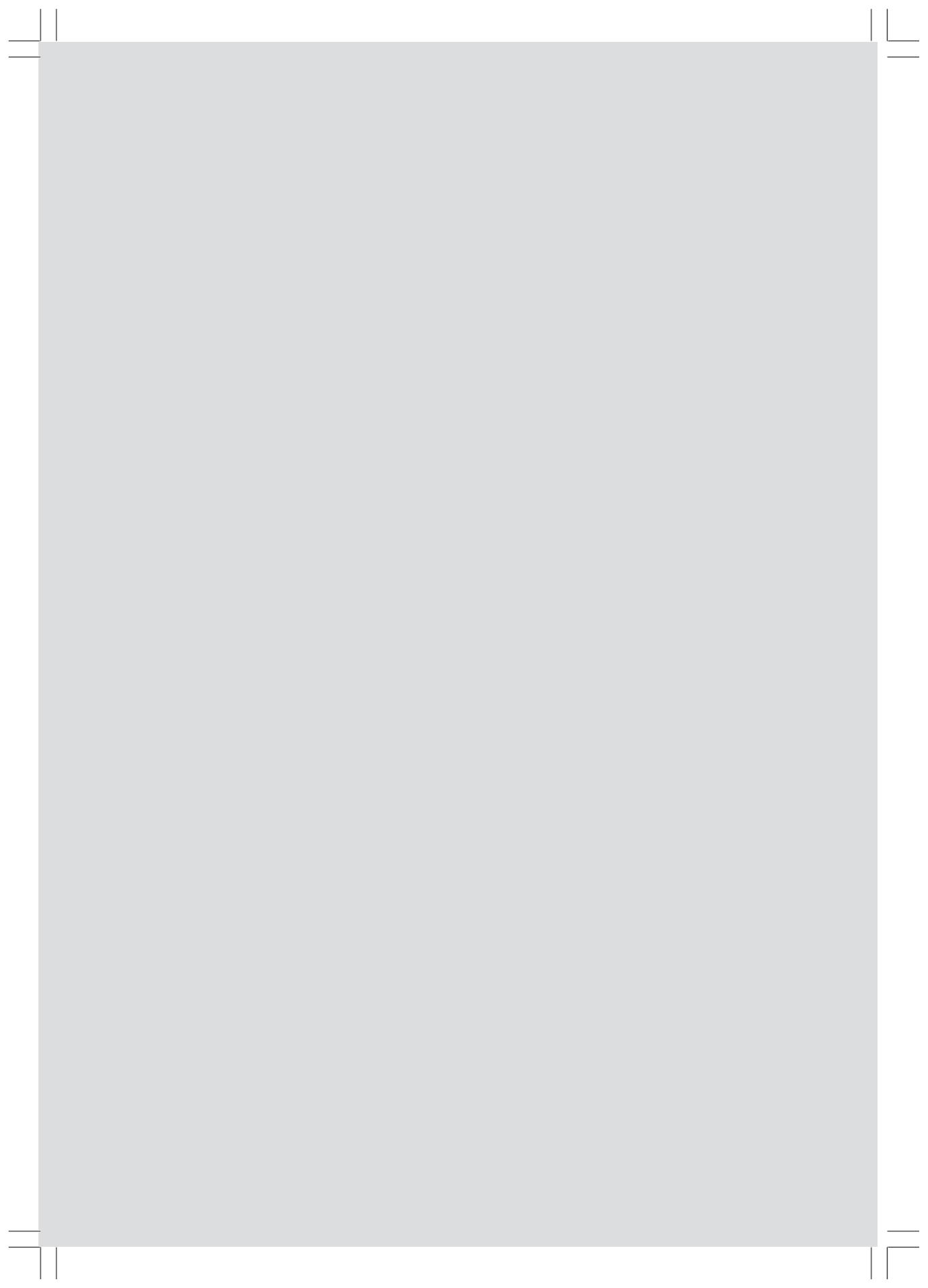


Artigos



Linguagem e cultura: o desafio do “linguistic turn” ao contextualismo linguístico inglês

*Language and culture: the challenge of “linguistic turn”
to the english linguistic contextualism*

Diogo da Silva Roiz*

Resumo: O objetivo deste texto é discutir as “transferências culturais” no mercado historiográfico internacional, entre os anos de 1960 e 1980, em especial, no “campo intelectual” inglês, com ênfase na maneira como ocorreram a “recepção” e as “apropriações” do estruturalismo e do pós-estruturalismo na pesquisa histórica. Toma-se como base as estratégias que Quentin Skinner encontrou para contornar tal problema com o uso do contexto linguístico, para explorar as intenções e motivações dos autores ao escreverem seus textos.

Palavras-chave: Estruturalismo; Pós-estruturalismo; Transferências culturais.

Abstract: The objective of this text will be to argue “cultural transferences” in historiographical international market, enters the years of 1960 and 1980, in special, “English intellectual field”, with emphasis for the way as reception occurred and “appropriations” of the structuralism and the one after-post-structuralism in the historical research. One is overcome as base the strategies that Quentin Skinner found to skirt such problem with the use of the context, to explore the intentions and motivations of the authors when writing its texts.

Keywords: Structuralism; Post-structuralism; Cultural transfers.

Introdução

A avaliação esboçada por François Furet sobre o ofício de historiador, no início da década de 70 (séc. XX),¹ como um dos porta-vozes do movimento dos *Annales*, na França, estava circunscrita à mutação *da história-narrativa, à história-problema*. E aos questionamentos vindos da

* Doutorando em História pela UFPR. Bolsista do CNPq. Mestre em História pela Unesp. Professor na Uems. *E-mail:* diogoser@yahoo.com.br.

antropologia, bem como da teoria literária, da filosofia e das ciências sociais (FURET, 1982, p. 37-72), quanto à possibilidade de a pesquisa histórica (que tinha a sua demonstração efetuada por meio de uma narrativa, mesmo que peculiar), também poder se constituir em “moldes reconhecidamente científicos”. Ainda que a história “seja filha da narrativa”, e a sua predisposição estivesse relacionada com “contar uma história”, pois, contar era, na verdade, dizer “aquilo que aconteceu”, e os seus modelos estivessem centrados na narrativa biográfica dos “grandes homens”, diz o autor que, no século XX, houve uma verdadeira reviravolta quanto a essa questão.

De acordo com ele, passou-se da história-narrativa à história-problema, porque o “historiador renunciou à imensa indeterminação do objecto do seu saber: o tempo”, deixando a pretensão de contar o que se passou, já que estaria consciente de que fazia escolhas ao recortar, selecionar e interpretar seu objeto e as fontes de seu estudo. Ao romper com a narrativa, “o historiador rompe igualmente com o seu material tradicional: o acontecimento singular”, passando a integrá-los numa rede de significações e, “por conseguinte, torná-los, se não idênticos, pelo menos compatíveis num dado período de tempo”. Por isso, o historiador teria passado a organizar e a selecionar conscientemente as suas fontes (num *corpus* coerente ou numa série regular), e “a análise quantitativa e os processos estatísticos, desde que adaptados ao problema e judiciosamente conduzidos”, estariam “entre os métodos mais rigorosos de ‘testagem’ dos dados”.

Mas a questão que estava posta, contudo, era “em que medida, ao tomar de empréstimo, ao integrar algumas dessas aquisições [vindas de outras áreas], ela [a história] terá instituído um conhecimento do passado que se possa classificar como científico”. (FURET, 1985, p. 88). Para ele, não bastaria a imediata passagem da história-narrativa para a história-problema, para convertê-la num domínio científico demonstrável, mesmo que seja inegável que a “história-problema” (ou “conceitualizante”) seja

superior, do ponto de vista do conhecimento, à história-narrativa porque substitui a inteligibilidade do passado em nome do futuro por elementos de explicação explicitamente formulados, porque descobre e constrói factos históricos destinados a dar apoio à explicação proposta e alarga assim consideravelmente o domínio da história propriamente dita, ao recortá-lo e especificá-lo. (1985, p. 96).

Naquele momento, notadamente, o autor estava pouco preocupado com o impacto da “virada lingüística” (MUNSLow, 2009) no campo dos estudos históricos e mais inclinado a notar como as mutações então recentes da pesquisa histórica contribuiriam para sua maior inteligibilidade entre as ciências humanas e sociais, tendo em vista que

a história oscilará provavelmente sempre entre a arte da narrativa, a inteligência do conceito e o rigor das provas; mas se essas provas forem mais seguras, os conceitos mais explicitados, o conhecimento ganhará com isso e a arte da narrativa nada perderá. (FURET, 1985, p. 98, grifo nosso).

Poucos anos depois, em 1979, Lawrence Stone (1919-1999), com base nas “mutações” que estava notando nas historiografias inglesa, francesa, norte-americana e italiana, em artigo que se tornaria emblemático, destacou justamente o efeito inverso, o do “retorno da narrativa”, no campo dos estudos históricos. (STONE, 1991, p. 13-37). Para ele, a narrativa estava sendo entendida como “a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub-tramas”. (1991, p. 13). Mas antes de constatar como o gênero havia ressurgido, o autor destacou alguns modelos de “história científica”, e que passaram, cada vez mais, a se distanciar do “gênero narrativo” de exposição dos dados. O primeiro (ainda que em proporções bem menores que os seguintes) “foi formulado por Ranke no século XIX, e se baseava no estudo de novas fontes”, e permaneceu com grande influência até o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando, então, se consagrariam outros três tipos de “história científica”, “correntes na profissão, todos baseados não em novos dados, mas em novos modelos ou novos métodos: o modelo econômico marxista, o modelo ecológico-demográfico francês e a metodologia ‘cliométrica’ americana”. (1991, p. 15).

Contudo, a partir da década de 60 (séc. XX), passou a haver, de forma cada vez mais generalizada, uma desilusão “com o modelo determinista econômico de explicação histórica e essa tríplice disposição hierárquica dele originada”, o que fez com que o “determinismo econômico” e “demográfico” sofresse “um enfraquecimento devido ao reconhecimento das idéias, da cultura e mesmo da vontade individual

como variáveis independentes”. Além disso, verificou-se que a mera disposição quantitativa dos dados era insuficiente para se compreender todo agir humano no tempo, ao presumir apenas regularidades e não constatar as variantes de ação e de conduta das pessoas e a sua ressonância para a cultura, a economia e a política. Daí os historiadores tiveram que se voltar para o “princípio da indeterminação”, apreender os resultados descritivos dos dados vindos da “antropologia culturalista”, em especial na obra de Clifford Geertz (que foram sintetizados no campo dos estudos históricos franceses “ao estudo das mentalidades”), e dar maior atenção à forma de divulgação de dados para um público mais amplo. Para ele, esses fatores foram fundamentais para o “ressurgimento da narrativa” entre os “novos historiadores”. Mas

há, porém, cinco diferenças entre suas histórias e as histórias dos historiadores narrativos tradicionais. [...] Estão todos, quase sem exceção, interessados nas vidas, sentimentos e comportamentos dos pobres e obscuros, ao invés dos grandes e poderosos, [...] a análise continua a ser tão essencial em seus métodos quanto a descrição, de modo que seus livros tendem a passar, um pouco canhestamente, de uma modalidade para outra [...]. Estão abrindo novas fontes [...], frequentemente, contam suas histórias de maneira diferente da de Homero, Dickens ou Balzac. Sob a influência do romance moderno e das idéias freudianas, eles exploram escrupulosamente o subconsciente, ao invés de se afeerrarem aos fatos em si. E sob a influência dos antropólogos, tentam utilizar o comportamento para revelar sentidos simbólicos. Em quinto lugar, eles contam a história de uma pessoa, um julgamento ou um episódio dramático, não por ele mesmo, mas para lançar luz ao funcionamento interno de uma cultura e uma sociedade do passado. (STONE, 1991, p. 31-32).

Enfim, o autor deduz que se está certo nessa constatação do “retorno da narrativa” aos “novos historiadores”, tal movimento marcaria o fim de uma era, “o fim da tentativa de criar uma explicação científica coerente sobre a transformação no passado”, marcando, com isso, tanto o declínio do determinismo econômico e demográfico quanto do estruturalismo e do funcionalismo, em fins da década de 70 (séc. XX). E a

razão fundamental para a passagem da modalidade analítica para a modalidade descritiva, entre os “novos historiadores”, é uma grande mudança na postura quanto ao que constitui o tema central da história.

[...] Portanto, agora os historiadores estão se dividindo em quatro grupos: os velhos historiadores narrativos, basicamente biógrafos e historiadores políticos; os cliometristas, que continuam a agir como dopados em estatísticas; os obstinados historiadores sociais, ainda preocupados em analisar estruturas impessoais; e os historiadores da *mentalité*, agora perseguindo ideais, valores, quadros mentais e padrões de comportamento pessoal íntimo – quanto mais íntimo, melhor. (STONE, 1991, p. 34).

Mas isso não quer dizer que os “novos historiadores”, inclusive os da *mentalité*, também não tenham “problemas” em sua abordagem, ao adotarem a narrativa minuciosa e descritiva de grupos ou indivíduos em suas pesquisas. Para ele, primeiramente, é a escolha dos exemplos analisados, que “é filosoficamente inconvincente, um recurso retórico e não uma *prova* científica”. Segundo, “é como distinguir entre o normal e o excêntrico”. Terceiro, “é que, se consegue entrar, o narrador vai precisar de toda a habilidade, experiência e conhecimento adquiridos na prática da história analítica da sociedade, economia e cultura, se quiser oferecer uma explicação plausível sobre algumas das coisas estranhíssimas que é capaz de encontrar”. Quarto, “é que o ressurgimento da narrativa pode levar a uma volta ao puro antiquarismo, ao contar estórias por elas mesmas”.

Um ano depois, em 1980, Eric Hobsbawm (1991, p. 39-46) elaborou alguns comentários sobre a análise de Lawrence Stone, quanto ao “retorno da narrativa”. O autor observa que Stone não efetuou uma análise quantitativa de seus dados, para poder constatar adequadamente o quanto representativa era tal mudança ou se era apenas um movimento secundário e de pouco impacto para o campo dos estudos históricos. De acordo com o autor, não houve um abandono abrupto dos modelos de “fazer história” até então aplicados, substituídos por uma apresentação narrativa dos dados. Nem tampouco desapareceu a preocupação pelos questionamentos, “os grandes *porquês*”. Talvez fosse mais sensato, segundo ele, pensar o aparecimento de um *novo* discurso narrativo, que tem se apropriado dos modelos quantitativos e analíticos de interpretação. Tal discurso estaria inserido no campo da história social, com o qual o autor se debruçou num outro texto, para demonstrar a sua ascensão, em especial, após a Segunda Guerra Mundial. (HOBBSBAWM, 1998, p. 83-105). E mais:

Deixando de lado os problemas da apresentação e da síntese, também pode se sugerir duas razões mais substanciais para uma mudança. A primeira é o próprio sucesso dos “novos historiadores” nas décadas do pós-guerra. Ele foi alcançado por uma deliberada simplificação metodológica, a concentração sobre o que era tido como a base e os determinantes sócio-econômicos da história, às expensas da história narrativa tradicional – por vezes, como na luta francesa contra a “história factual”, em confronto direto com ela. (HOBBSAWM, 1991, p. 43).

Além disso, o próprio sucesso de autores destacadamente praticantes da história socioeconômica, como Fernand Braudel, deu margem para os “novos historiadores” pensarem temas e objetos abandonados ou mesmo desconhecidos, na pesquisa histórica. Para ele, não há nada de novo na mudança de escala, do macrossocial para o microssocial, e a “história das mentalidades” e a “história cultural”, em suas interpretações das sociedades e das fontes do passado, são mais complementares do que adversas, a história socioeconômica. Em ambos os aspectos, “elas mostram que é possível explicar boa parte de seu levantamento como a continuação dos empreendimentos históricos do passado por outros meios e não como prova de sua falência”. Com isso, o autor indica

que é uma pena, não porque eu discorde dele sobre “o princípio da indeterminação” e a generalização histórica, mas sim porque, se o argumento é equivocado, o diagnóstico das “transformações do discurso histórico” feito segundo os termos desse argumento também há de ser impróprio”. (HOBBSAWM, 1991, p. 45).

Surpreendentemente, pouco mais de dez anos após a crítica de Hobsbawm, Stone (1991, p. 217-218; 1992, p. 187-194) voltaria a se pronunciar sobre a questão, em dois momentos, sem a preocupação de responder às críticas e aos comentários ao seu texto (o que fez momentos após recebê-la), mas com uma avaliação totalmente diferente da exposta em seu artigo de 1979. Ainda que nos textos de 1991 e 1992, um com pouco mais de uma página e o outro com oito, o autor não se alongue pormenorizadamente em seus comentários; coloca-se de modo consideravelmente agressivo e apreensivo, quanto à linguística, à antropologia e ao novo historicismo, por presumir que cada qual, a seu

modo, ameaçaria a própria identidade e autonomia dos estudos históricos.

Nesse mesmo ano, Peter Burke (1992, p. 327-348) buscou avaliar “a história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa”. Ao resumir as críticas que foram efetuadas sobre a história dos acontecimentos nas primeiras décadas do século XX e as análises de Stone e Hobsbawm, o autor passa a demonstrar as características da “narrativa tradicional” e da “narrativa moderna”. Na primeira, a preocupação com os acontecimentos, o estudo da política e dos *grandes homens* e a análise *objetiva* das *fontes oficiais* compõem os aspectos principais de seu enredo. Na segunda, o olhar sobre *as massas anônimas*, com outras modalidades de discurso, abordagem e interpretação seriam seu fundamento e crítica à *narrativa tradicional*.²

Contudo, em ambos os casos, a crítica da chamada “virada linguística” ao uso do texto e do contexto, como forma de a pesquisa histórica se diferenciar dos textos literários, mostrar-se-iam insuficientes tanto para lhe creditar um patamar adequado de *cientificidade* quanto de dizer “aquilo que, de fato, aconteceu”. Por isso, ao mostrar parte desses argumentos, o autor ressalta que a pesquisa histórica poderia ganhar, e não perder, ao tentar se aprimorar, utilizando-se dos modernos recursos da crítica literária. Primeiro, porque poderiam se tornar mais inteligíveis vários tipos de interpretações sobre as guerras e sobre as sociedades. Segundo, porque, ao perceber que não reproduz o “que realmente aconteceu”, o faz de um ângulo também particular, o historiador pode tornar isso claro ao leitor, desfazendo as amarras da *objetividade* e da *imparcialidade*. Terceiro, “um novo tipo de narrativa poderia, melhor que as antigas, fazer frente às demandas dos historiadores estruturais, ao mesmo tempo que apresenta um sentido melhor do fluxo do tempo do que em geral o fazem suas análises”. (BURKE, 1992, p. 338). Daí a importância de serem revistas as contribuições da antropologia, da crítica literária e da micro-história, pois

resumindo, tenho tentado argumentar que historiadores como Tawney e Namier, Febvre e Braudel, foram justificados em sua rebelião contra uma forma tradicional de narrativa histórica que era mal adaptada à história estrutural que eles consideravam importante. A escrita da história foi imensamente enriquecida pela expansão de seu tema, e também pelo ideal da “história total”. Entretanto, muitos estudiosos

atualmente consideram que a escrita da história também tem sido empobrecida pelo abandono da narrativa, estando em andamento uma busca de novas formas de narrativa que serão adequadas às novas histórias que se movimentam para frente e para trás, entre os mundos público e privado, ou apresentam os mesmos acontecimentos a partir de pontos de vista múltiplos. (BURKE, 1992, p. 347).

Por isso, o que muitos historiadores franceses e ingleses definiram como a passagem da “história-narrativa” para a “história-problema”, nas primeiras décadas do século XX, e da “história-problema” para uma volta a (uma *nova*) “história-narrativa”, entre as décadas de 60 e 70 (séc. XX), constituiria uma mudança profunda no conhecimento histórico e que se desdobraria também pelas ciências humanas e sociais, configurando novas investigações, problemas e interpretações, mesmo que de forma peculiar. (MUNSLow, 2009; ROIZ, 2009).³ Nesse sentido, o objetivo deste texto é discutir as “transferências culturais” no mercado historiográfico internacional, entre 1960 e 1980, em especial, no “campo intelectual” inglês, com ênfase na maneira como ocorreram a *recepção* e as *apropriações* do estruturalismo e do pós-estruturalismo na pesquisa histórica. Toma-se como base as estratégias que Quentin Skinner encontrou para contornar tal problema com o uso do contexto linguístico, para explorar as intenções e motivações dos autores ao escreverem seus textos. Antes de discutirmos isso, evidentemente, é necessário que resumamos os principais pontos da “virada linguística” no campo da escrita da história.

A “virada linguística” e a escrita da história: uma introdução ao debate

Num resumo extremo, a frase/questionamento: *a linguagem representa o acontecido ou o acontecimento já se encontraria na própria linguagem* (?) destacaria as variantes dos polos de um debate que centrou as discussões entre história, ciências sociais, filosofia, linguística e teoria literária no século XX.

O primeiro momento da frase circunstanciará, na relação texto/contexto, a importância da *história vivida*, da *realidade* extratextual que dá forma ao *acontecimento* e a sua reconfiguração no interior de uma *narrativa*, cujo princípio metodológico se consolidou na historiografia oitocentista, canonizando-se, entre o fim do século XIX e as primeiras

décadas do XX, como fundamento da escrita da história, em bases científicas. Em vista da necessidade de constituição de procedimentos de pesquisa, que forjassem o *corpus* necessário à regulação do discurso histórico em bases científicas, a que tanto a história quanto as ciências humanas tiveram que se submeter para se institucionalizarem como áreas independentes do conhecimento nas universidades europeias, a partir do século XIX (DORTIER, 2007), seguindo os mesmos cânones inaugurados pelas ciências exatas (Matemática, Física) e biológicas (Química, Genética), é que o historicismo alemão e a historiografia metódica francesa compuseram as regras do método histórico, visando a dar forma científica à pesquisa e à narrativa histórica. (REIS, 2003). Entre seus principais fundamentos estava o de que *a linguagem representaria o acontecido na forma de uma narrativa, pautada em fontes documentais, que comprovariam o que foi vivido no passado, isto é, a ação de homens e mulheres no tempo*. Nesse aspecto, diferentemente da escrita da história praticada na Antiguidade clássica e tardia greco-romana, que fundamentava a representação do acontecido, por meio de uma narrativa *vivaz* sobre o passado, tendo em vista as técnicas e as regras da *retórica*, a historiografia oitocentista se aproximou mais dos antiquários do período moderno, que passariam a se pautar em documentos (e não tanto na simples *vivacidade do discurso*), regras e procedimentos, cujo objetivo era formular uma análise crítica das fontes, por meio das quais efetuariam a mediação entre passado e presente via *prova documental* e não em fundamentos puramente retóricos. (GINZBURG, 2007).

Já o segundo momento expressaria uma alteração profunda na relação texto/contexto, cujo fundamento numa *realidade* extratextual perderia parte de sua fundamentação e credibilidade, a partir do fim dos anos 20 (séc. XX), haja vista que essa não seria alcançável ou sintetizada pelo discurso, expresso pela narrativa histórica, ou, antes, pela fonte documental. Ainda assim, o discurso traria consigo o produto de uma representação, que indicaria que a *história como tal* não existiria, mas interpretações, versões sobre o passado e não o *passado como tal*, pois o *acontecimento se encontraria na própria linguagem, que é o produto de “relações de força”, mediadas por “representações simbólicas”, com as quais os grupos e os indivíduos, por intermédios culturais, representariam a “si” e aos “outros”, tanto no presente quanto no passado*. Com a expansão da análise estrutural, amparada na linguística e na teoria literária, a partir dos anos 50 (séc. XX), com o sucesso alcançado pelo estruturalismo, os

fundamentos das regras do método histórico, além de questionados, também foram restringidos a formas literárias, que pouco ou nada tinham de científicas. (DOSSE, 2007; MUNSLOW, 2009).

Em resumo, da relação: *contexto – realidade – acontecimento – documento textual – narrativa histórica*, passou-se a dar, cada vez mais, maior atenção aos *processos de produção de texto* seja do documento, seja da narrativa histórica, demonstrando-se que cada qual se limitava a certos aspectos do passado e nunca à sua totalidade, e, além disso, a quantidade de versões possíveis a serem feitas sobre o mesmo acontecimento o dizimava numa profusão de possibilidades, tanto quanto de probabilidades, que o próprio acontecimento se tornava inalcançável na sua plenitude. Contudo, a tese de redução do contexto ao texto e da *realidade* à narrativa levou aos extremos a própria existência de uma *realidade* extratextual, que daria base tanto à produção dos documentos sobre o passado, quanto à narrativa histórica que faria uso deles para interpretar e analisar a ação dos homens e das sociedades de outrora. De imediato, desqualificando-os por não serem produtos objetivos, diretos, imediatos, puros e imparciais sobre os fatos que circunstanciavam, e, no caso da narrativa histórica nem tão pouco científica, porque os instrumentos que fazia uso não serviam nem para estudar o passado (inalcançável), nem tampouco para descrever os eventos que se inscrevem nas fontes, já que essas foram produto de uma construção discursiva subjetiva, que fez suas escolhas, cortes, silenciamentos e objeções sobre o acontecimento narrado. (WHITE, 1994, 1995; VASCONCELOS, 2005; MUNSLOW, 2009).

Por outro lado, não é menos certo que *a centralização da percepção das coisas e dos acontecimentos às formas linguísticas e semânticas definidoras de sua presença e significados* não esteve limitada a uma mudança epistemológica perceptível somente entre a história, a linguística e a teoria literária, mas fincou raízes profundas sobre a própria maneira de se conceberem a produção artística e literária, a pesquisa antropológica e mesmo o trabalho filosófico, cuja centralização na produção de conceitos foi amplamente questionada no século passado. (EAGLETON, 1997, 2005; LIMA, 2006).⁴ Por essas razões, a *linguistic turn*, a *virada* (ou guinada) *linguística*, que passou a identificar a *linguagem* e a *cultura* como definidoras dos padrões de percepção e de representação da *realidade*, deve ser vista como um questionamento profundo sobre a própria forma de se conceber a ciência e de praticar a pesquisa entre as humanidades.

Para Jacques Derrida, essas questões também foram cruciais, e não muito diferente de Foucault (2002), sua atenção foi encaminhada para um questionamento sobre a razão e a organização do pensamento ocidental. Para ele, repensar a forma como estava constituída a escrita e o pensamento era de fundamental importância para se revelarem significados ocultos, diferenças pouco notadas, características e formas muitas vezes deixadas de lado. Normalmente definido como *desconstrução* do texto e de seus significados, esse procedimento serviu de base para que ele revisse a própria estruturação lógica de um texto (histórico, literário, filosófico, etc.). Em Gilles Deleuze tais questões também não passaram despercebidas. Além de escrever um conjunto de monografias (sobre Hume, Kant, Nietzsche, entre outros), o autor teve grande preocupação com a formulação de conceitos (que, segundo ele, era o objetivo primeiro do ofício de um filósofo), como diferença (diferença), sentido, evento, etc. Para ele, esse exercício permitia delimitar melhor certas questões e expor seus pormenores. De forma muito resumida, portanto, esses autores foram fundamentais para demonstrar certas fragilidades do pensamento ocidental, que tinha sua base fundamentada na razão (desenvolvida pelo racionalismo clássico do século XVII e consolidada pelo Movimento das Luzes no século XVIII), em relação à qual os autores foram consideravelmente críticos. Essa é uma das razões pelas quais eles foram considerados também *pensadores rebeldes*. (CUSSET, 2008).

Para Jürgen Habermas (2004), a *virada linguística* se conformaria em torno de um debate típico do campo da história da filosofia, compreendendo diferenças de postura entre o passado e o presente, entre a filosofia antiga e a moderna e entre a moderna e a contemporânea, destacando uma *virada epistemológica, linguística e linguístico-pragmática*. Em vista disso,

as dúvidas contextualistas a respeito da intuição realista e universal associada a conceitos como verdade, saber e razão, são a consequência de uma virada linguística que situa o critério da objetividade do conhecimento não mais na certeza privada de um sujeito da experiência, mas na práxis pública da justificação de uma comunidade de comunicação. Há hoje um amplo consenso sobre o fato de que a linguagem e a realidade se interpenetram de uma maneira indissolúvel para nós. Só podemos explicar o que é um fato recorrendo a um enunciado factual, e o que é real apenas recorrendo ao que é verdadeiro.

Visto que a verdade de opiniões e proposições pode, por sua vez, ser fundamentada ou refutada apenas com auxílio de outras opiniões e proposições, nós – como sujeitos que refletem – não podemos escapar à ascendência da linguagem. (HABERMAS, 2004, p. 281).

Ainda que concordemos com o autor sobre a centralização dessas questões no campo dos estudos filosóficos, não há como negar que seus desdobramentos foram sentidos em todas as áreas das humanidades. (DORTIER, 2007, 2010). Por sua vez, se o auge desses debates esteve entre os anos 50 e 70 do século passado, suas raízes, em geral, foram alocadas no século XIX, quando se passou a questionar, de forma mais direta, o *racionalismo clássico*. Vinculado a essas indagações, Friedrich Nietzsche (1844-1900) não apenas é citado pela maioria dos filósofos dos anos 50 e 60 (séc. XX) como autor-chave no interior dessas discussões, como ainda foi um dos pioneiros a questionar a produção do saber, a ideia de verdade, de ciência e de objetividade e a relação entre linguagem e representação da *realidade*. Já em fins da década de 80 (séc. XIX), quando se encontrava com maior debilidade (física e mental), Nietzsche se expressaria em seus aforismos (publicados postumamente) de forma mais contundente ainda sobre alguns temas. No que se refere à produção do conhecimento histórico, ressaltará que “contra o positivismo, que fica no fenômeno ‘só há fatos’, eu diria: não, justamente não há fatos, só interpretações [...]. Não podemos verificar nenhum fato ‘em si’: talvez seja um absurdo querer tal coisa”, uma vez que “tudo é *subjetivo*”, e “já isso é *interpretação*”. (2007, p. 260). Tal assertiva, que se encontra em seu aforismo 481, no livro *A vontade de poder*, além de questionar o sujeito do conhecimento, indaga sobre a própria existência da *realidade* e a possibilidade de representá-la por meio do discurso.

Por analisar a estruturação da linguagem, a partir de uma teoria diferencial dos *signos* (na relação *significado* e *significante*), Ferdinand de Saussure (1857-1913) é considerado o fundador da linguística moderna e, não por acaso, foi agrupado ao lado de Nietzsche, no interior dessas discussões. Suas anotações, reunidas por alunos, em seu *Curso de Linguística Geral*, foi fundamental por ter inspirado a Escola de Moscou (1911-1930), o Círculo de Viena e o Círculo de Praga, que, em 1929, lançou um manifesto em prol de um *novo espírito científico* (contra o espírito *especulativo* e *metafísico*). Por sua vez, a Escola de Moscou marcará profundamente a linguística e a semiologia no século XX,

principalmente, no momento de ascensão do estruturalismo, por proporem um estudo em detalhes da estruturação da obra, dos personagens e da literatura. Roman Jakobson (1896-1982), especialista em contos e fábulas eslavas e um dos líderes do movimento, irá para os Estados Unidos nos anos 20 (séc. XX), em função das consequências da revolução bolchevique de 1917, onde terá grande aceitação. Por outro lado, Tzvetan Todorov, que migrará para a França, será um dos introdutores das discussões empreendidas em Moscou e em São Petersburgo naquele país. (DORTIER, 2010).

Se, como vimos, houve a passagem de um extremo ao outro, no que diz respeito ao fato de *a linguagem representar o acontecido ou o acontecimento e já se encontrar na própria linguagem*, há que se ressaltar que também existem tentativas de se avançar sobre essa *tese* e essa *antítese*, num movimento dialético em busca de uma nova *síntese*. (COSTA, 1994). Mas como tal, esse movimento é diversificado, fragmentado e arredio. (REIS, 2003). Numa tentativa didática, talvez pudéssemos resumi-lo: a) em posições mais *conservadoras*, por se voltarem à historiografia oitocentista, por serem severamente críticos com relação à *virada linguística*, por primarem pela relação texto/contexto, pelas diferenças entre história e romance, e a possibilidade de produção do conhecimento histórico em moldes eminentemente *científicos*, como se encontra na obra de Peter Gay (1990, 2010) e Eric Hobsbawm (1998); b) em posições mais *radicais* por criticarem ambos os extremos, por reivindicarem um projeto político articulado às ações intelectuais e por retomarem a função da escrita da história para a sociedade e o papel desempenhado pelo historiador nesse processo, como aparece na obra de Josep Fontana (1998, 2004); e c) e posições mais *conciliadoras*, por observarem a contribuição de ambos os momentos do debate e por ora indicarem a precisão metodológica a serviço das provas, para se destacar a importância do conhecimento histórico para as sociedades do passado e do presente, como aparece na obra de Carlo Ginzburg (2002, 2007), ora por demonstrar a função das teorias na escrita da história e o papel que desempenham na fundamentação da *história como ciência*, isto é, uma *história-ciência* porque amparada em métodos, como se apresenta na obra de Jörn Rüsen (2001, 2007a, 2007b). Mas aqui não iremos nos deter sobre esse tópico, visto em outro momento (ROIZ, 2009, 2010) e sim vislumbrar como Quentin Skinner procurou refletir sobre tal problemática.

Contextualismo linguístico e história intelectual na obra de Quentin Skinner

Desde os anos 60 do séc. passado, Quentin Skinner tem se preocupado de maneira sistemática em organizar instrumentais operacionais para o estudo da história intelectual, tendo em vista que a análise do contexto linguístico de produção das obras pode vir a ser também promissor para inquirir sobre as intenções dos autores. Nessa perspectiva, o texto expunha não somente teorias e interpretações, mas apresentava os movimentos de interesse, os jogos de linguagem e os tipos de ação, já intencionados pela escrita dos respectivos autores. Se, evidentemente, tal abordagem tem sofrido severas críticas quanto à viabilidade de serem reconstituídos precisamente as intenções e as motivações que os autores tinham em seus textos, ela também despertou intenso interesse por demonstrar a íntima relação entre contexto linguístico e condições socioculturais de produção dos textos.

Em *Visões da política*, organizado em três volumes, dos quais apenas o primeiro conta com tradução portuguesa, Skinner (2005), além de reunir textos dispersos produzidos desde a década de 60 (séc. XX), que resume o corpo teórico e metodológico de suas propostas, também visaria a rebater as críticas, que seus textos foram recebendo. O primeiro volume atém-se, fundamentalmente, às questões metodológicas, enquanto os outros dois intercalam também partes de seus resultados de pesquisa sobre autores como Maquiavel e Hobbes, assim como sobre movimentos como o Renascimento, a Reforma e a Contrarreforma, e em conceitos como o de liberdade, liberalismo e contratualismo.

Além disso, o último ensaio também intenciona oferecer uma síntese do conjunto, resumindo as aproximações e diferenças entre sua abordagem e a história conceitual praticada por Reinhart Koselleck na Alemanha. Diogo Ramada Curto, que escreveu uma nota de apresentação da coletânea, assim se expressou:

Acerca desta espécie de súpula de um trabalho individual, mas desde logo com largas implicações no interior de vários círculos acadêmicos de historiadores e não só, importa notar que ela é atravessada por uma enorme tensão: por um lado, o autor afigura-se parte integrante das tendências qualificadas como sendo da ordem do “linguistic turn”, ou seja, das perspectivas pós-modernas (relativistas, ambíguas, fluidas, etc.), das realidades diluídas no estatuto de meras representações, bem

como de discursos potenciadores de múltiplos significados; por outro lado, a sua obra define uma preocupação em estabelecer a validade de um cânone de autores do pensamento político Ocidental, muito em particular durante a primeira modernidade. (SKINNER, 2005, p. XIV).

Assim, tendo em vista os postulados de Wittgenstein, Austin e John Searle, Skinner irá formar todo um cabedal para interpelar os autores que formaram a história do pensamento político ocidental, vislumbrando, com isso, um cânone de autores e obras, que, além de sintetizarem os jogos de linguagem de uma época, também expunham as principais intenções vinculadas a sua escrita, como um projeto de ação, com vistas à mudança, às vezes apenas à crítica, de sua época. Em vista disso, se o

que pretendemos é uma história da filosofia feita com um espírito genuinamente histórico, devemos ter como uma de nossas principais tarefas a contextualização intelectual dos textos em estudo de forma a que possamos dar sentido ao que os seus autores estavam a fazer quando os escreviam. (SKINNER, 2005, p. 4).

No entanto, seu

intuito não é apenas penetrar nos processos mentais de pensadores há muito desaparecidos; trata-se apenas de utilizar as técnicas básicas da investigação histórica de forma a captar os seus conceitos, seguir as suas distinções, apreciar as suas crenças e, tanto quanto possível, ver as coisas tal como elas são. (SKINNER, 2005, p. 4).

Contudo, ao

refletir sobre a ideia de que o discurso traduz igualmente uma acção, cheguei à conclusão de que a teoria dos actos discursivos pode ter algo a dizer-nos sobre a filosofia da acção em geral e, em particular, acerca do papel da causalidade na explicação do comportamento. [Portanto], a tese que tento defender centra-se na convicção de que, mesmo aceitando que os motivos funcionam como causas, podem existir explicações não causais da acção. (2005, p. 5).

E a moverem também as intenções dos autores quando escrevem seus respectivos textos. Não por acaso,

um dos meus objectivos principais é chamar a atenção para a utilidade e importância desta tendência da filosofia pós-analítica no que diz respeito à interpretação dos textos e ao estudo das mudanças conceptuais. Quando procuro clarificar os conceitos faço-o por intermédio não dos supostos “significados” dos termos que usamos para os expressar mas antes perguntando o que é que pode ter feito com eles e analisando a relação entre uns e outros bem como as ligações com as redes mais alargadas de crenças. Na minha opinião, aquilo que é racional acreditar depende em grande medida da natureza de nossas outras crenças. Tento por isso interpretar crenças específicas situando-as no contexto de outras crenças, ao mesmo tempo que procuro analisar os sistemas de crenças enquadrando-os em meios intelectuais alargados. (2005, p. 6).

E uma apreciação pontual dessa questão foi feita no quarto ensaio, produzido nos anos 60 (séc. XX), no qual Skinner lançaria seu programa de pesquisa. “Minha contribuição limita-se ao estudo de um tipo particular de técnicas retóricas, as quais dizem respeito ao exame do poder das palavras para fortalecer ou enfraquecer a construção do nosso mundo social.” (SKINNER, 2005, p. 7). Daí sua preocupação inicial em abordar a prática da história e o culto do fato. Ao expor sua leitura e crítica à obra de Geoffrey Elton, ele indicará o que o motivou a pensar a prática da história como um conjunto de procedimentos para averiguar a conformação dos fatos, sem, com isso, articulá-los com os contextos de produção, pois seria “muito mais seguro insistir que na vida só contam os factos”. (2005, p. 38). Em sua abordagem sobre a obra de Charles Taylor, voltará ao seu argumento: “Os tipos de explicação que damos para crenças que consideramos racionalmente sustentadas têm uma natureza diferente dos tipos de explicação que nos sentimos obrigados a dar quando duvidamos da racionalidade de uma determinada crença”, por que equiparar “a adopção de crenças falsas a lapsos de racionalidade implica assim excluir um tipo de explicação à custa de outro, sem antes termos a certeza se tal se justifica”. (2005, p. 47).

Após expor o conjunto de procedimentos (sistematizados no quarto ensaio), para perscrutar a história do pensamento político ocidental, na primeira modernidade, dos séculos XVI ao XVIII, dá atenção aos motivos e às intenções que se cruzam sobre as interpretações dos autores em suas

obras. Do mesmo modo, parte da estratégia de tomar alguns autores como exemplos, para desenvolver seus comentários, críticas, e, a partir deles, demonstrar a importância de sua abordagem para inquirir sobre as ideias em seus contextos de produção. Para desenvolver seus comentários sobre a compreensão dos atos discursivos, novamente toma por base a obra de Wittgenstein e de Austin, pois “cada um à sua maneira, lembram-nos que, caso queiramos compreender uma afirmação, devemos procurar captar algo que esteja além do sentido dos termos utilizados para a exprimir”. (2005, p. 146). Disso também resultaria a descoberta das estratégias que deram propensão à formação da ação social, cujo mérito desse procedimento estaria em encontrar certos padrões que norteariam tais escolhas, sugerindo explicações ao seu significado social.

Depois de demonstrar o contorno dos problemas e procedimentos que perfazem os caminhos de seu método de análise da história do pensamento político ocidental, passa a expor alguns exemplos de análise da linguagem. Com isso, procura pensar a ideia de um léxico cultural ao comentar a obra de Raymond Williams, *Keywords*. Para ele, ao se estudar um conjunto de termos, que dão base a um léxico cultural, é possível alcançar “conhecimentos sobre as teorias e convicções sociais em mutação; sobre a consciencialização e as percepções sociais em mudança; e sobre os valores e atitudes sociais em mutação”. (2005, p. 240). Daí a importância de se estudar a retórica e a mudança conceitual dos termos no tempo, circunstanciando seus contextos de produção, seus jogos de linguagem, os círculos de debates e as intenções e motivações dos autores em seus textos. Nesse sentido, enquanto “Koselleck está interessado, nada mais nada menos do que em analisar todo o processo de mudança conceptual, eu estou principalmente interessado em estudar uma das técnicas que está na origem dessa mudança”. (2005, p. 262). Contudo, tanto “Koselleck como eu próprio defendemos que é necessário encarar os nossos conceitos normativos não tanto como afirmações acerca do mundo mas, acima de tudo, como instrumentos e armas de debate ideológico”. (2005, p. 248). Nesse ponto, Skinner indicaria os débitos que acredita que ambos tiveram com as obras de Nietzsche e de Foucault.

Destarte, a análise desse volume não é suficiente para demonstrar a importância do conjunto, que circunscreve os três volumes de *Visões da política*, apreendidas por Skinner ao longo de sua trajetória, na qual formou um conjunto de procedimentos para indagar sobre os motivos e

as intenções dos autores, ao formarem suas explicações acerca dos acontecimentos e, ao fazerem isso, também plasmarem certos tipos de ação no contexto da história do pensamento político ocidental. Mas isso não quer dizer que, ao sintetizarmos esse volume que trata das questões metodológicas, não tenhamos chamado a atenção do leitor para conhecer de perto o percurso teórico e metodológico dos procedimentos de Skinner, tanto quanto de seus exercícios de pesquisa. Não há dúvida que essa obra, ao recolher parte significativa dos textos que Skinner veio produzindo desde os anos 60 (séc. XX), venha a se tornar uma referência para o estudo da história das ideias, da história intelectual e do pensamento político ocidental.⁵

Desse modo, a obra de Quentin Skinner está entre aquelas que, desde 1960, têm se debruçado com afinco sobre essas questões, agrupando-se ao que ficou definido como contextualismo linguístico inglês, esforçando-se para a criação de procedimentos adequados para que a história intelectual seja, entre outras coisas, um instrumento apropriado para o estudo do pensamento e da ação política no tempo. Estudioso da história moderna, ele se preocupou com a investigação do pensamento renascentista, reformista, contrarreformista, liberal e conservador e a maneira como estabeleceriam relações com seu contexto. Para ele, somente ao se agrupar o contexto de produção das obras é que se torna possível visualizar os jogos linguísticos usados pelos letrados e políticos do período, reconstituir como agem e se movimentam no campo de produção das obras e da ação política, estabelecer os nexos de ação do grupo e do indivíduo, analisar os discursos e as estratégias de ação, além de permitir definir quais são as intenções dos agentes sociais em sua escrita, por já formarem nela uma ação política com desdobramentos sociais profundos, ao ser apropriada pela sociedade.

Evidentemente, a proposta analítica do autor é consistente e articulada, o que não quer dizer que seja isenta de fragilidades. O ponto, talvez, mais criticado em sua proposta seja justamente o de agrupar e definir as intenções dos agentes sociais, por meio do estudo de seus escritos, como vimos acima. Por certo, em várias ocasiões, Skinner (2005) procurou rebater as críticas e demonstrar as vantagens (e desvantagens) de suas propostas. Se o acompanharmos de *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* (1999) até *Hobbes e a teoria clássica do riso* (2002), veremos uma parte dessa dinâmica, entre os avanços e as continuidades metodológicos, teóricos e interpretativos que essas apresentam.

Com a publicação de *Hobbes e a liberdade republicana*, oferece-se mais uma boa oportunidade para se revisitar a proposta do autor e analisar seus procedimentos. Sua principal intenção com essa obra foi “contrastar duas teorias rivais sobre a natureza da liberdade humana” (SKINNER, 2010, p. 9), que estariam em tensão na Inglaterra do período, mas também estariam intimamente relacionadas ao movimento interno das obras de Hobbes. De *Os elementos da lei natural e política*, sua obra mais antiga que circula desde 1640, a *Do cidadão*, que reformula parte dos argumentos desse texto inicial e data de 1642, até o *Leviatã*, cuja edição inglesa é de 1651 e a latina revisada, de 1668, para Skinner, as metamorfoses em seus argumentos seriam evidentes e facilmente circunstanciadas, por meio da comparação e do estudo sistemático das obras. Por esse motivo, a “análise de Hobbes da liberdade no *Leviatã* representa não uma revisão, mas um repúdio ao que ele havia anteriormente argumentado, e que esse desenvolvimento reflete uma mudança substancial no caráter de seu pensamento moral”. (2010, p. 14). Nesse sentido, “eu abordo a teoria política de Hobbes não simplesmente como um sistema geral de ideias, mas também como uma intervenção polêmica nos conflitos ideológicos de seu tempo” e para “entender e interpretar seus textos, sugiro que precisamos reconhecer a força da máxima segundo a qual as palavras também são atos” (2010, p. 15) – como já havia indicado Wittgenstein, em quem o autor se apoia.

Para ele, embora estudos mais recentes tenham apontado às mudanças argumentativas de Hobbes, no que tange à liberdade, de uma obra para outra, esses não questionaram por que houve essa transformação. Vale notar ainda que, para Skinner, Hobbes foi o “mais formidável inimigo da teoria republicana da liberdade, e seus esforços para desacreditá-la constituem um momento que faz época na história do pensamento político de língua inglesa”. (2019, p. 13).

Para demonstrar seus argumentos, o autor explora, além das obras acima indicadas, as correspondências trocadas no período e o “catálogo da biblioteca Hardwick”, do qual Hobbes foi um constante leitor e pesquisador de seus textos. Ao refazer parte das leituras que Hobbes teria feito, ele acredita ser possível reconstituir alguns dos momentos de produção dos textos e as reviravoltas em seus argumentos. Destarte seja esse um ponto alto no texto, também tal tentativa tem lá suas fragilidades, porque, como o próprio autor observará, não há como reconstituir todos

os momentos de produção do texto, nem mesmo suas mudanças de roteiro, interpretação e análise, efetuadas ao longo da vida. Por outro lado, não há como sugerir adequadamente todas as suas intenções, porque os atos a serem visados são vários, e o que predis põe à mudança analítica pode muito bem ser aquele menos provável. Nisso também o texto de Skinner é rico em hipóteses.

Daí ser tão complexo o itinerário escolhido, ao passar em revista as obras: *Os elementos da lei natural e política*, *Do cidadão* e *Leviatã*, assim como a maneira que sugere comparar o contexto linguístico e sociocultural da Inglaterra (e indiretamente também da Europa), de 1630 a 1660, com as possíveis formas de apropriação escolhidas por Hobbes para a elaboração de seus textos.

Leitor voraz e tradutor dos clássicos gregos e romanos, Hobbes não apenas conhecia os debates de sua época, como também sabia de que maneira estavam sendo usados os autores antigos. De acordo com Skinner, apesar de “seu alto prestígio, a *História* de Tucídides desempenhou, provavelmente, um papel marginal na difusão das idéias gregas sobre os Estados livres na Inglaterra do início do século XVII”, mas importância “muito maior teve a *Política* de Aristóteles, especialmente depois de sua primeira tradução completa para o inglês, em 1598”. (2010, p. 76-77). Daí, para o autor, a importância dos debates sobre escravidão e servidão no período, cujo fim não passaria de um ressentimento aristocrático. E foi justamente na década de 40 (séc. XVII), quando aumentariam as tentativas de insurreição, que Hobbes “tomou subitamente consciência do fato de que suas próprias ideias sobre a soberania absoluta poderiam colocá-lo em perigo grave” (2010, p. 93), em função dessas circunstâncias revolucionárias. Se ele teve a oportunidade de ler, senão todos, ao menos parte dos panfletos que circulavam no período, apenas isso não seria o suficiente para responder à sua “súbita tomada de consciência”, mas, “refletindo sobre o que poderia lhe acontecer se tais opiniões [contidas nos *Elementos*] se tornassem públicas, deixou-se tomar pelo pânico” (2010, p. 94), e esse deve ter sido um dos motivos das reformulações que faria no texto, convertendo-o em partes dos capítulos de *Do cidadão*, quando esse seria publicado em meados de 1642. Não por acaso,

Hobbes começa indicando que o que esteve ausente em sua discussão, e o que a seguir propõe fornecer, é uma abrangente definição do conceito geral de liberdade. Como sua análise subsequente deixa imediatamente claro, o que ele procura é uma definição suscetível de englobar não apenas a liberdade dos que deliberam, com base na liberdade característica do estado de natureza, mas ao mesmo tempo a liberdade dos corpos naturais tais como (para citar seu próprio exemplo) os volumes de água e sua capacidade de se mover sem impedimento. [...] Portanto [...] o conceito de liberdade humana precisa ser tratado essencialmente como uma subespécie da ideia mais geral do movimento não entravado. (2010, p. 110-111).

Porque, entre outras coisas, a liberdade era entendida como a ausência de impedimento ao movimento. Daí ele se voltou “para o mundo da liberdade humana, continuando a tratar as ações humanas essencialmente como movimentos físicos que podemos executar à vontade ou sermos impedidos de fazê-lo por obstáculos externos”. (2010, p. 112). O que o teria feito reformular seus argumentos dos *Elementos* para *Do cidadão*, nesse caso, esteve relacionado tanto com o contexto tenso e revolucionário da Inglaterra do período, quanto com suas novas leituras e informações, bem como com seu medo sobre o desenrolar daqueles acontecimentos, que poderiam colocá-lo em risco. Por essas evidências, ficam parcialmente indicadas as razões de ele ter tomado partido com um estilo mais conciliador do que inflamado, ao tratar da defesa da soberania absoluta. Mas uma ausência entre esses textos foi a de estabelecer uma “perspectiva clara sobre a relação entre possuir liberdade de agir e possuir o poder de executar a ação em causa”. (2010, p. 129). Por isso,

quando, em *Do cidadão*, definira o conceito de liberdade, havia argumentado que a liberdade humana pode ser tirada quer por impedimentos absolutos que nos impossibilitavam exercer nosso poder à vontade, quer, também, por impedimentos arbitrários que inibem a própria vontade. Mas no *Leviatã* o conceito de um impedimento arbitrário é silenciosamente abandonado. Os únicos impedimentos que tiram a liberdade, é-nos dito agora, são os que têm o efeito de deixar um corpo fisicamente impotente. (2010, p. 126-127).

Assim, “enquanto os impedimentos intrínsecos tiram o poder, somente os impedimentos externos tiram a liberdade”. (2010, p. 130).

Mas, ao fazer esse movimento, Hobbes teria deixado alguns pontos desamarrados, entre os quais, o “equivoco aparente [...] sobre a questão de saber se é preciso distinguir entre agir sob compulsão e agir voluntariamente”. (2010, p. 131). Além disso, para impor suas posições, Hobbes foi obrigado a elaborar sua interpretação com a “consciência de que precisava enfrentar os teóricos da liberdade republicana em seu próprio território” (2010, p. 143), tendo em vista que

o que esses autores não conseguem é fornecer uma explicação sobre o que há de precisamente errado na afirmação republicana do simples fato de a dependência tirar a liberdade do homem livre. Quem consegue fornecê-la é Hobbes, no *Leviatã*, tornando-a um marco na evolução das teorias modernas da liberdade. Antes dele, ninguém havia oferecido uma definição explícita sobre o que significa ser homem livre em competição direta com a definição avançada pelos pensadores da liberdade republicana e suas referências clássicas. Mas Hobbes estabelece tão claramente quanto possível que ser um homem livre nada tem a ver com o ter que viver [...] ou o ter que viver independentemente da vontade de outrem; isso significa simplesmente não estar incapacitado por impedimentos externos a agir segundo vontade e poderes próprios. Ele é, portanto, o primeiro a responder aos teóricos republicanos oferecendo uma definição alternativa na qual a presença da liberdade é inteiramente construída como ausência de impedimento e não como ausência de dependência. (2010, p. 149).

Desse modo, ser

livre é simplesmente estar desimpedido para mover-se de acordo com os próprios poderes naturais, de tal sorte que agentes humanos carecem de liberdade de ação se, e somente se, algum impedimento externo tornar impossível a eles executar uma ação que, não fosse isso, estaria em seus poderes. (2010, p. 193).

Constituindo-se numa análise pormenorizada dos desdobramentos do conceito de liberdade operado na obra de Hobbes, entre 1640 e 1650, dos *Elementos* para o *Do cidadão* e desses até *Leviatã*, esse livro também nos oferece uma bela e interessante aplicação do método proposto por Skinner, desde 1960. Para reformular seus pressupostos,

além de conhecer profundamente os clássicos do pensamento político grego e romano e seus contemporâneos, Hobbes o iria fazer em contraposição às pressões políticas de sua época e aos debates dos republicanos. Ao dar subsídios para a compreensão das metamorfoses que se operaram no conceito de liberdade em Hobbes, Skinner também supõe dar maior consistência aos seus pressupostos teóricos e metodológicos, amplamente enraizados numa interpretação linguística e contextualista das obras e dos autores, para os quais os atos e as intenções de um autor podem muito bem ser rastreados em seus escritos. Se há fragilidades nesse tipo de análise (qual não possui?), por não ser possível de se verificar todas as condições de produção, leituras e apropriações que são feitas por um autor, nem mesmo alcançar todos os motivos que o levaram a ter certas intenções e não outras, não quer dizer que tais procedimentos não forneçam contribuições significativas ao entendimento de autores, obras e épocas, como já demonstrou a própria obra de Skinner, e, muito menos, que tal abordagem não seja um instrumento a mais para que a história intelectual possa forjar suas bases, para um estudo sistemático da história dos ideários e do pensamento político moderno na Europa (e, quem sabe, se aferidos adequadamente também para outros períodos e espaços). Além disso, essa ainda permite que se verifique de que maneira o contextualismo linguístico praticado por Skinner responde ao desafio imposto pela “virada linguística” sobre a narrativa e a escrita da história.

Considerações finais

Após nos debruçarmos sobre as discussões a respeito da “história-problema” e da “história-narrativa”, demonstrando como esses debates estiveram intimamente articulados às críticas da “virada linguística” sobre a escrita da história, detivemos-nos no contextualismo linguístico inglês e na maneira como Skinner, um de seus principais praticantes desde 1960, se preocupou em responder ao desafio cético quanto às imprecisões do método histórico, às insuficiências da narrativa e às fragilidades da história, ao se colocar também como uma ciência. Na medida em que circunscrevemos os principais momentos de produção de seus procedimentos, dando ênfase à forma como abordou o pensamento de Hobbes, como exemplo de estudo da história do pensamento ocidental moderno, procurou-se, além de ressaltar os passos de sua proposta de investigar o contexto linguístico de produção das obras, de modo a

identificar as motivações que plasmaram as intenções dos autores em sua escrita, também sugerir os limites que tal abordagem carrega.

Nesse aspecto, ao vislumbrarmos de que modo a linguagem e a cultura cercearam o desafio lançado pela “virada linguística” ao contextualismo linguístico inglês, por questionarem as relações entre texto e contexto e a própria existência de um espaço extratextual produtor dos textos, vimos quais respostas Skinner forneceu e como converteu esse desafio num mecanismo de questionamento e análise de autores e obras em seus contextos de produção, dando ênfase aos jogos de linguagem, assim como às motivações e intenções dos autores ao escreverem seus textos.

Notas

¹ “O problema colocado pela evolução recente da história [até 1975], e em particular pela utilização de procedimentos rigorosos de demonstração, não é saber se a história como tal pode tornar-se ciência: *dada a indeterminação do seu objecto, a resposta a esta pergunta é indubitavelmente negativa*. O problema está em conhecer os limites no interior dos quais esses procedimentos podem ser úteis a uma disciplina que fundamentalmente não é científica. Do facto de esses limites serem evidentes não se deve deduzir que a história deve regressar à sua função antiga de contadora de excelentes aventuras. Devemos antes aceitar a redução das ambições pouco razoáveis da história total, para utilizar ao máximo, dentro do nosso conhecimento do passado, as descobertas sectoriais e os métodos de algumas disciplinas, assim como as hipóteses conceptuais que nascem dessa grande embrulhada contemporânea chamada ciências do homem. *O preço a pagar, para essa reconversão, é o estilhaçar da história em histórias*, a renúncia do historiador a um magistério social. *Mas o ganho em conhecimento merece talvez essas abdições: a história oscilará provavelmente sempre entre a arte da narrativa, a inteligência do conceito e o rigor das provas; mas se essas provas forem mais seguras, os conceitos mais explicitados, o conhecimento ganhará com isso e a arte da narrativa nada perderá.*” (FURET, 1985, p. 98, grifo nosso).

² O autor detalha melhor essa questão na apresentação desta obra: Burke (1991, p. 7-37).

³ E que no período em que expuseram suas avaliações, nas décadas de 70 e 80 (séc. XX), deram pouca atenção às

mudanças que perfaziam outras áreas do conhecimento e que estavam intimamente relacionadas às próprias mudanças do conhecimento histórico, por eles destacadas. Foi somente a partir da década de 90 (séc. XX), que os historiadores começaram a dar maior atenção a essa questão, como indica o texto de Peter Burke e a reação de Stone entre 1991 e 1992.

⁴ No campo da filosofia e das ciências sociais francesas, François Cusset (2008) e François Dosse (2003) notaram questões semelhantes. Para o primeiro, enquanto nos anos 60 a 80 (séc. XX) havia um surto impressionante nos EUA para com autores como Foucault, Derrida e Deleuze, em debates, congressos, revistas especializadas e nas universidades, na França, havia um verdadeiro movimento de contestação às ideias desses autores – fato alterado, segundo ele, apenas nos últimos anos. François Dosse, em seu livro *O império dos sentidos*, demarcou de forma mais geral essas questões e o impacto que tiveram no *pensamento francês*, a partir dos anos 80 (séc. XX), quando houve a introdução de diversas teorias (muitas delas norte-americanas), como: o cognitivismo, o pragmatismo, a filosofia analítica e da linguagem e a etnometodologia. Nesse sentido, tanto a história quanto a filosofia francesas estiveram, a partir dos anos 80 (séc. XX), em vista do que foi acima resumido, mais aberta a outros *paradigmas*. Foi o que aconteceu no que diz respeito à *micro-história italiana*, de um lado, e à *virada linguística* e ao *cognitivismo norte-americano*, de outro. Se até a década de 60 (séc. passado) as *transferências culturais* entre a historiografia norte-americana e a

francesa foram desiguais, demonstrando mais uma relação de dependência do que uma troca recíproca, da primeira com a segunda, a partir da década de 70 do mesmo século, quando o estruturalismo francês passa a ser veementemente criticado, e, em seu lugar, ganhava espaço o pós-estruturalismo, em ambos os países, parece que tais relações também ganhavam novos contornos. Primeiro, porque o movimento dos *Annales* mudou significativamente suas orientações com a saída de Fernand Braudel dos cargos dirigentes, inclusive do periódico. Segundo, também em função desse primeiro ponto, a historiografia francesa se tornou mais aberta a intercâmbios com outras historiografias, que até então se estabelecia numa relação desigual no *mercado historiográfico*, em função da importância atribuída à história econômica e social, preconizada por Braudel e seus herdeiros naquele período. (DOSSE, 2003).

⁵ A história intelectual tem buscado forjar padrões de análise que a convertam num campo de estudo estabelecido e fixado como outros já consagrados, a exemplo da história política, da econômica, da social e da cultural. Por suas íntimas aproximações com a história filosófica e com a história das ideias, definir seguramente suas fronteiras teórico-metodológicas e seu alcance interpretativo do objeto, assim como seu *corpus* documental, torna-se, senão um problema tenso e contraditório, um desafio para o estudioso da temática. Se mesmo entre os lugares principais de produção, a história intelectual é ao mesmo tempo ambígua, sem necessariamente construir procedimentos de pesquisa comuns, como se observa entre os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, a Alemanha e a Itália, como então se deveria proceder ao seu estudo e à sua apropriação? Esse é um questionamento que tem perpassado pela maioria dos autores que abordam o tema, inclusive Skinner.

Referências

- BURKE, P. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 4. reimp. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992a. p. 327-348.
- _____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 4. reimp. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992b. p. 7-37.
- CHARTIER, R. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- _____. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COSTA, E. V. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ano 14, v. 27, p. 9-26, 1994.
- CUSSET, F. *Filosofia francesa: a influência de Foucault, Derrida, Deleuze & Cia*. Trad. de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DORTIER, J-F. *Dicionário de ciências humanas*. Trad. de Márcia Valéria Martinez de Aguiar et al. São Paulo: M. Fontes, 2010.
- _____. *Uma história das ciências humanas*. Portugal: Texto & Grafia, 2007.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo: o campo do signo (v. 1); O canto do cisne (v. 2)*. Trad. de Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007. 2v.
- _____. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. Bauru: Edusc, 2003.
- EAGLETON, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. 3. ed. Trad. de Waltensir Dutra, rev. de João Azeredo Júnior. São Paulo: M. Fontes, 1997.
- _____. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o modernismo*. Trad. de Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FINLEY, M. *Usos e abusos da história*. São Paulo: M. Fontes, 1989.
- FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.
- _____. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 8. ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2002.
- FURET, F. Da história-narrativa à história-problema. In: _____. (Org.). *A oficina da história*. Trad. de Felipe Jarro. Lisboa: Gradiva, 1985. p. 88-98.
- _____. *L'atelier de l'histoire*. Paris: Flammarion, 1982.
- GAY, P. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. Trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- GINZBURG, C. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. de Eduardo Brandão e Rose Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- HABERMAS, J. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. Trad. de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

- HOBBSAWM, E. J. *Sobre história: ensaios*. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998a.
- _____. Da história social a história da sociedade. In: _____ (Org.). *Sobre história: ensaios*. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998b. p. 83-105.
- _____. A volta da narrativa. In: _____ (Org.). *Sobre história: ensaios*. Trad. de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998c. p. 201-206.
- _____. O ressurgimento da narrativa: alguns comentários. *Revista de História*, Unicamp, n. 2/3, p. 39-46, 1991.
- LIMA, L. C. *História: ficção, literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- MUNSLOW, A. *Desconstruindo a história*. Trad. de Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NIETZSCHE, F. *A vontade de poder*. Trad. de Marcos Sinésio B. Fernandes e Francisco José D. de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- REIS, J. C. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- ROIZ, D. S. A reconstrução do passado e o texto literário: a resposta dos historiadores à “virada linguística”. *Revista Diálogos*, UEM, v. 13, n. 3, p. 587-624, 2009.
- _____. O ofício de historiador: entre a “ciência histórica” e a “arte narrativa”. *História da Historiografia*, n. 4, p. 255-278, 2010.
- RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da história I: os fundamentos da ciência da história*. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UnB, 2001.
- _____. *Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. de Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. da UnB, 2007a.
- _____. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UnB, 2007b.
- SKINNER, Q. *Hobbes e a liberdade republicana*. Trad. de Modesto Florenzano. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- _____. *Visões da política: questões metodológicas*. Trad. de João Pedro George. Lisboa: Difel, 2005.
- _____. *Razão e retórica na filosofia política de Hobbes*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
- _____. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2002.
- STONE, L. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. *Revista de História*, Unicamp, ns. 2 e 3, p. 13-37, 1991.
- _____. History and post-modernism. *Past and Present*, n. 131, p. 217-18, 1991.
- _____. History and post-modernism. *Past and Present*, n. 135, p. 187-194, 1992.
- VASCONCELOS, J. A. *Quem tem medo de teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.
- WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. de José Laurêncio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.